QUADRO II

Subsídios a pagar aos importadores de adubos potássicos elementares, pela redução de 20 % e de 30 % nos preços de venda ao consumidor, por tonelada de adubo vendido desde 29 de Agosto a 31 de Dezembro de 1975 para o continente e ilhas adjacentes.

Unidade: Escudo

Adubos	Subsídios	
	Pelas vendas com redução de 20 %	Pelas vendas com redução de 30 %
Importados no continente:		
Cloreto de potássio a 50 % ...	600	910
Cloreto de potássio a 60 % ...	710	1 070
Sulfato de potássio a 50 % ...	790	1 180
Importados na ilha da Madeira:		
Cloreto de potássio a 60 % ...	(a) 670 (b) 1 193	(a) 1 010 (b) 1 533

(a) Desde 29 de Agosto até 19 de Novembro de 1975.

(b) Desde 19 de Novembro de 1975, por agravamento de custo (523\$).

O Ministro das Finanças, *Francisco Salgado Zenha*. — O Ministro da Indústria e Tecnologia, *Luis Cordes da Ponte Marques do Carmo*. — O Ministro do Comércio Interno, *Joaquim Jorge Magalhães Mota*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 550/74, de 23 de Outubro, é criado um consulado de 2.ª classe em Ruão.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, 9 de Janeiro de 1976. — O Ministro das Finanças, *Francisco Salgado Zenha*. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel de Medeiros Ferreira*.

Despacho

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 550/74, de 23 de Outubro, é criado um consulado honorário em S. José da Costa Rica.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, 13 de Janeiro de 1976. — O Ministro das Finanças, *Francisco Salgado Zenha*. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel de Medeiros Ferreira*.

Despacho

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 550/74, de 23 de Outubro, são criados, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1976, consulados de 1.ª classe em Toulouse e de 2.ª classe em Bayonne

e Reims, em substituição dos consulados honorários existentes nas mesmas cidades.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, 5 de Janeiro de 1976. — O Ministro das Finanças, *Francisco Salgado Zenha*. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel de Medeiros Ferreira*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO INTERNO

SECRETARIA DE ESTADO DO ABASTECIMENTO E PREÇOS

Decreto-Lei n.º 73/76

de 27 de Janeiro

A situação actual de abastecimento de batata de consumo, e nomeadamente o preço especulativo atingido, bem como a necessidade de contenção de preços de bens essenciais, designadamente os que afectam os padrões de consumo de grande maioria da população, obriga a uma intervenção enérgica do Governo no sentido da imediata regularização da situação.

Essa intervenção ter-se-á de fazer sentir, não só na fixação de preços como na própria aquisição de batata ao estrangeiro, necessária face às insuficiências da produção nacional da presente campanha, a qual será, a partir desta data, importada pela Junta Nacional das Frutas.

A intervenção da Junta Nacional das Frutas nos moldes referidos justifica-se por duas razões:

Em primeiro lugar, pela necessidade de subsidiar a batata importada, cuja cotação é elevada face à situação altista de preços provocada pela carência mundial de batata. A necessidade deste subsídio determina processos de *contrôle* eficientes e seguros, impossíveis de outro modo. Por outro lado, a experiência colhida, já na presente campanha, com a importação em paralelo pela Junta Nacional das Frutas e pelos importadores mostrou que não só o aparecimento de diversos compradores portugueses no mercado internacional provoca um aumento de cotações, como, por outro lado, permitiu verificar que os preços de aquisição e prazos de entrega da Junta Nacional das Frutas eram, na sua maioria, efectivamente mais favoráveis do que os conseguidos pelos importadores.

Procede-se, pois, à fixação de um preço máximo de venda ao público, não especulativo, em ordem a defender o consumidor, e ao mesmo tempo à fixação de um preço de garantia à produção francamente compensador dos seus custos, e, simultaneamente, coloca-se à disposição dos diversos intervenientes nos canais de distribuição, e a preços também fixados, batata de origem estrangeira, de modo a poder ser cumprido, de imediato, o preço de venda ao público definido neste decreto-lei.

Em relação à batata de origem estrangeira já licenciada aos importadores pela Junta Nacional das Frutas haverá lugar ao pagamento de um subsídio, que permitirá também a manutenção do preço agora fixado, em condições que serão oportunamente estabelecidas por despacho do Secretário de Estado do Abastecimento e Preços.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de